

Senna diz que mecanismo deve ser menos restritivo

O projeto parte da concepção de que o Estado conhece melhor a economia do que o setor privado. Assim, o diretor do Banco Boavista e ex-titular da diretoria da dívida pública do Banco Central (BC), José Júlio Senna, resumiu a proposta de conversão da dívida externa em investimento aprovado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

A maior prova disso, observa Senna, reside na determinação de que metade dos recursos destinados à conversão seja destinada às regiões Norte e Nordeste, Estado do Espírito Santo e vale do Jequitinhonha. "O mecanismo deveria ser menos restritivo", resume.

Já o diretor do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec), João Luiz Mascolo, embora a princípio considere positivo o projeto, chama a atenção para alguns complicadores que poderão vir à tona. O primeiro deles situa-se no prazo mínimo de doze anos, a partir do qual poderá ser feito o repatriamento de divisas. O segundo obstáculo fica por conta da determinação de quem é credor de estatal só poderá investir necessariamente nas empresas do setor público.

Por último, Mascolo alinhava a barreira política, já claramente desenhada no cenário, com a proibição, por parte da Comissão de Sistematização da Constituinte, de qualquer conversão em capital de risco, e que naturalmente precisará ser debatida no plenário da Assembléia Nacional Constituinte. O diretor do Ibmec lembra ainda que, apesar de realista, a meta de converter US\$ 1,5 bilhão por ano, como previu o presidente do BC, Fernando Milliet, ainda está muito distante dessa mesma experiência ocorrida no Chile, onde, para uma dívida externa de US\$ 25 bilhões, foi convertida em doze meses uma fatia de 4%. Se o Brasil levasse à risca essa meta, teria de alcançar no mínimo uma cifra de US\$ 2,7 bilhões.

Os dois economistas ressaltam que as decisões do CMN só confirmam a política de "stop-and-go" colocada em prática já desde o ano passado. O alonga-

mento do prazo da dívida das empresas através de subscrição de debêntures da parte dos bancos, com a aplicação sendo remunerada à taxa de captação observada nas instituições financeiras, encaixa-se perfeitamente naquele figurino.

Senna e Mascolo concordam com a medida, pois dará um pouco mais de fôlego às grandes empresas, mas reconhecem por outro lado que isoladamente terá pouquíssima eficácia. O governo continua patinando e só pensa no curtíssimo prazo e não seria uma decisão do CMN que atacaria os problemas da economia.

"Nunca o nosso país foi tanto quanto agora o país do 'overnight', alfineta Senna, ao sintetizar o maior interesse por parte dos agentes econômicos nas aplicações financeiras, revelando naturalmente o próprio clima de instabilidade econômica e mesmo política que tomou conta do Brasil. E, por tentar remar contra essa maré, o alongamento do prazo dos débitos das grandes empresas poderá não solucionar a dificuldade de obter créditos de longo prazo.

"Volta do capital estrangeiro"

O presidente da Federação do Comércio da Bahia, Nelson Daiha, disse ontem, nesta capital, que é totalmente favorável à decisão do Conselho Monetário Nacional (CMN) de converter parte da dívida externa em investimentos no País. Daiha acha importante uma reaproximação do Brasil com o capital estrangeiro principalmente agora, quando o governo americano adota uma política de retaliação nas relações comerciais com os países endividados da América Latina.

Fazendo uma comparação com a União Soviética e a China — duas grandes economias que para se manter recorrem, agora, ao capital estrangeiro —, o empresário baiano lembra que o Brasil, que necessita de bens americanos e de dólares para mover a economia interna, não deve adotar uma postura radical. (EBN)